

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	10
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	24
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	890
Preferenciais	0
Total	890
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	631	765
1.01	Ativo Circulante	631	765
1.01.02	Aplicações Financeiras	458	514
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	458	514
1.01.03	Contas a Receber	55	142
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	55	142
1.01.06	Tributos a Recuperar	118	109
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	118	109

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	631	765
2.01	Passivo Circulante	77	109
2.01.02	Fornecedores	30	8
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30	8
2.01.03	Obrigações Fiscais	1	77
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1	54
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	54
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	23
2.01.05	Outras Obrigações	46	24
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	46	24
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	46	24
2.03	Patrimônio Líquido	554	656
2.03.01	Capital Social Realizado	890	890
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-336	-234

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	86	32	111
3.01.01	Receita de Prestação de Serviço	0	86	32	111
3.03	Resultado Bruto	0	86	32	111
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-86	-198	-123	-194
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-94	-213	-133	-212
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8	15	10	18
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-86	-112	-91	-83
3.06	Resultado Financeiro	4	8	23	25
3.06.01	Receitas Financeiras	5	10	23	25
3.06.02	Despesas Financeiras	-1	-2	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-82	-104	-68	-58
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-82	-104	-68	-58
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-82	-104	-68	-58
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,09213	-0,11685	-0,0764	-0,65168
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,09213	-0,11685	-0,0764	-0,65168

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-82	-104	-68	-58
4.03	Resultado Abrangente do Período	-82	-104	-68	-58

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-100
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-104	-58
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) no Período	-104	-58
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	102	-42
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	-9	-22
6.01.02.02	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	-76	3
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Partes Relacionadas	22	-10
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Fornecedores	22	10
6.01.02.05	(Aumento) Redução Contas a Receber	87	-44
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Aplicações Financeiras	56	21
6.01.03	Outros	2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	100
6.03.03	Aumento de capital	0	100

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	790	0	0	-562	0	228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	790	0	0	-562	0	228
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100	0	0	0	0	100
5.04.01	Aumentos de Capital	100	0	0	0	0	100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58	0	-58
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58	0	-58
5.07	Saldos Finais	890	0	0	-620	0	270

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	111	142
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	96	124
7.01.02	Outras Receitas	15	18
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-152	-141
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-152	-141
7.03	Valor Adicionado Bruto	-41	1
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-41	1
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10	25
7.06.02	Receitas Financeiras	10	25
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-31	26
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-31	26
7.08.01	Pessoal	54	47
7.08.01.01	Remuneração Direta	54	47
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17	36
7.08.02.01	Federais	12	30
7.08.02.03	Municipais	5	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2	1
7.08.03.01	Juros	2	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-104	-58
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-104	-58

Comentário do Desempenho

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (“Companhia”)

Fundada em janeiro do ano de 2012, a Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Companhia”) está situada na mesma sede do Grupo Gaia, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”).

Seus preceitos, originários da Gaia Securitizadora S.A. (“GaiaSec”), a primeira companhia do Grupo Gaia, são muito bem definidos: qualidade superior, custo menor, agilidade, conhecimento técnico, transparência, independência e inovação.

Para tornar-se líder na emissão de CRA no Brasil a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado do agronegócio, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas e com abundância de garantias, e taxas atraentes.

A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia mais comum de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras como também oferecer alternativas de financiamento ao agronegócio.

Durante o período findo em 30 de junho de 2018 foi realizada 1 (uma) operação de certificados de recebíveis do agronegócio que atingiram o volume de R\$ 114.280.

O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras.

Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva!

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2017, a Mazars Auditores Independentes, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 2018.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Companhia”) anteriormente denominada Gaia Florestal S.A é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81 e 82, - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP, foi constituída em 02 janeiro de 2012 e obteve seu registro na JUCESP em 09 de janeiro de 2012. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização; (ii) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou de qualquer outro título de crédito ou valor imobiliário ou do agronegócio compatível com suas atividades; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; (iv) a consultoria de investimentos em fundos de investimentos de cunho imobiliário ou relacionados ao agronegócio; e (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio.

2 Elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As presentes informações financeiras intermediárias incluem as informações trimestrais preparadas, conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “Demonstrações Intermediárias” e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Informações Financeiras Trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 3 de agosto de 2018.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das informações trimestrais estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais.

(a) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Informações trimestrais da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) **Caixa e equivalentes de caixa**

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

(d) **Estimativas contábeis**

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em período não superior a um ano.

(e) **Ativos financeiros não derivativos**

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos e do modelo de negócios da Companhia, os quais são classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados nesta categoria quando a Companhia tem a intenção de mantê-los até o final dos fluxos de caixas contratuais e contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJORA)

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim dos recebimentos dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto.

Empréstimos e recebíveis - Contas a Receber

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Passivos financeiros não derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

Ativos financeiros

São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

(h) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(k) Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(l) Apuração do resultado

A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis agrícolas (CRA) são reconhecidas por competência e com base na execução dos serviços realizados pela Companhia até a data-base do balanço.

(m) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. Avaliamos a adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia e verificamos que não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação;
- Alterações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas; e
- Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização;

4.1 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a);
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (a);
- IFRS 16 - Arrendamentos (b);

(a) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(b) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

5 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificados de Depósitos Bancários-CDB	<u>458</u>	<u>514</u>
	<u>458</u>	<u>514</u>

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 93% (93% em 31 de dezembro de 2017) da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para junho de 2021.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1 Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Títulos para negociação" e dos "Títulos disponíveis para venda" mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	30/06/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários Valor justo	-	458	-	-	514	-

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	514	64
Aplicação/(resgate)	(66)	415
Receita financeira	10	35
Saldo final	458	514

6 Contas a receber

É constituído substancialmente por valores a receber em função da atividade de securitização em caráter de pagamentos e/ou adiantamentos às operações vinculadas ao Patrimônio Separado.

	30/06/2018	31/12/2017
Valores a receber CRA (*)	44	135
Outros	11	7
	55	142

(*) Valores pagos pela Companhia que serão rateados e reembolsados proporcionalmente de cada operação de securitização ativa do patrimônio separado.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Tributos a recuperar - circulante

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRPJ a compensar (a)	90	88
CSLL a compensar (a)	20	18
Outros	<u>8</u>	<u>3</u>
	<u>118</u>	<u>109</u>

(a) Referem-se a Imposto de renda e contribuição social antecipados, que serão compensados através dos impostos gerados nas operações do período subsequente.

8 Contas a pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores nacionais (a)	<u>30</u>	<u>8</u>
	<u>30</u>	<u>8</u>

(a) Refere-se substancialmente a prestações de serviço de terceiros, tais como contabilidade externa, auditoria externa, publicações de balanço entre outros.

9 Tributos a recolher - passivo circulante

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda retido na fonte - Terceiros	1	1
IRPJ e CSSLL	-	47
ISS a recolher	-	23
PIS/COFINS a recolher	-	5
Contribuições sociais retidas na fonte - Terceiros	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>77</u>

10 Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social, totalmente subscrito é de R\$ 890 (R\$ 890 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 890.148 ações ordinárias nominativas.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	%	Quantidade de Ações	
		30/06/2018	31/12/2017
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	890.147	890.147
Outros (a)	0,01%	1	1
Capital subscrito	100%	890.148	890.148

(a) referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias

O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não houve distribuição de dividendos aos acionistas.

Prejuízo básico por ação

De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social, conforme demonstrado abaixo.

	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo Atribuível aos acionistas da Companhia	(104)	(68)
Média Ponderada do número de ações no exercício	890	890
Prejuízo básico e diluído (R\$)	(0,11685)	(0,13924)

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Receita líquida de prestação de serviços

A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia nos períodos findos em 30 de junho 2018 e de 2017 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>2o. Trimestre</u>	<u>Acumulado 30/06/2018</u>	<u>2o. Trimestre</u>	<u>Acumulado 30/06/2017</u>
Receita Bruta de prestação de serviço	-	96	36	124
Tributos Indiretos (Pis, Cofins e ISS)	-	(10)	(4)	(13)
	<u>-</u>	<u>86</u>	<u>32</u>	<u>111</u>

12 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>2o. Trimestre</u>	<u>Acumulado 30/06/2018</u>	<u>2o. Trimestre</u>	<u>Acumulado 30/06/2017</u>
Despesas com pessoal	(29)	(54)	(18)	(47)
Despesas serviços de terceiros	(27)	(46)	(30)	(56)
Despesa com associações	(8)	(18)	(3)	(14)
Despesa com Anúncios e Publicações	(5)	(47)	(43)	(43)
Despesa com taxas	(5)	(10)	(8)	(12)
Despesas tributárias	(5)	(8)	(23)	(24)
Despesas com utilidades e serviços	-	(1)	(3)	(3)
Outros	(15)	(29)	(5)	(13)
	<u>(94)</u>	<u>(213)</u>	<u>(133)</u>	<u>(212)</u>

13 Resultado financeiro

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>2o. Trimestre</u>	<u>Acumulado 30/06/2018</u>	<u>2o. Trimestre</u>	<u>Acumulado 30/06/2017</u>
Receita de aplicações financeiras	5	10	23	25
Despesas financeiras	(1)	(2)	-	-
	<u>4</u>	<u>8</u>	<u>23</u>	<u>25</u>

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017 encontram-se demonstrados a seguir:

	2018		2017	
	2o. Trimestre	Acumulado 30/06/2018	2o. Trimestre	Acumulado 30/06/2017
(Prejuízo) /Lucro antes do IRPJ e CSLL.	(82)	(104)	(68)	(58)
Adições/Exclusões permanentes	-	-	-	-
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	-	-
(=) Base de cálculo	(82)	(104)	(68)	(58)
(x) Alíquota do IRPJ (25%) e da CSLL (9%)	28	35	23	20
Crédito tributário s/ prejuízo fiscal e base negativa	(28)	(35)	(23)	(20)
(=) Provisão para IRPJ e CSLL	-	-	-	-

15 Ações judiciais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há ações judiciais em que a Companhia é parte envolvida.

16 Partes relacionadas

(a) Participação acionária

A Companhia é controlada direta da Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. que, em 30 de junho de 2018, esta possui participação de 99,99% do seu capital.

(b) Transações com partes relacionadas

A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são firmados e representados, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em sua controladora.

Abaixo os saldos gerados entre as transações de partes relacionadas em 30 de junho de 2018:

	30/06/2018		30/06/2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Rateio de custos (a)	-	(77)	-	(56)
Contas a pagar (b)	(46)	-	(24)	-
Total líquido	(46)	(77)	(24)	(56)

(a) refere-se substancialmente ao rateio do custo do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRA, uma vez que a Companhia utiliza a estrutura operacional de sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.

(b) refere-se a despesas a serem reembolsadas pela controladora, relativos ao reembolso de despesas incorridas no processo de estruturação de operações;

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Remuneração do pessoal-chave da administração

A Assembleia Geral Ordinária - AGO da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e ao presente exercício social do ano de 2018 a remuneração mensal do valor fixado de um salário mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário.

18 Benefícios aos empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

19 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

As aplicações financeiras da Gaia Agro Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o período findo em 30 de junho 2018 a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía R\$ 458 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras.

Risco de mercado acionário

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 30 de junho de 2018 se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 30 de junho de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 29 de junho de 2018, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 6,50% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 4,87% a.a. 3,25% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 30 de junho de 2018.

<u>Operação</u>	<u>Posição em 30 de junho 2018</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25% menos</u>	<u>Cenário III 50% menos</u>
Aplicação financeira	458	CDI	6,50%	4,87%	3,25%
Receita projetada	-	-	30	22	15

Notas Explicativas**Gaia Agro Securitizadora S.A.****Notas explicativas às informações trimestrais
em 30 de junho de 2018****(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)****21 Balanço fiduciário**

Ativo circulante		30.06.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa		295.577	212.004
CRA 03 - CARTEIRA 11.678-5	2ª Emissão 1ª Série	4.749	4.749
CRA 05 - CARTEIRA 11.822-2	4ª Emissão 1ª Série	26.307	27.199
CRA 06 - CARTEIRA 11824-9	1ª Emissão 3ª a 5ª Série	13.679	20.115
CRA 07 - CARTEIRA 11.826-5 e 2617-4	10ª Emissão 1ª Série e 2ª Série	4.937	125.503
CRA 11 - CARTEIRA 6423 a 6430	8ª Emissão 1ª Série	916	2.348
CRA 12 - CARTEIRA 6308-8	9ª Emissão 1ª Série	20.307	20.358
CRA 15 - CARTEIRA 2619-0	13ª Emissão 1ª Série	140.621	126.785
CRA 17 - CARTEIRA 2621-2	14ª Emissão 1ª Série	2.160	2.145
CRA 19 - CARTEIRA 3086-4	7ª Emissão 1ª Série	18.239	16.431
CRA 20 - CARTEIRA 3087-2	16ª Emissão 1ª Série	10.837	820
CRA 22 - CARTEIRA 3057-0	18ª Emissão 1ª Série	6.205	6.010
CRA 23 - CARTEIRA 3837-7	19ª Emissão 1ª Série	3.851	789
CRA 21 - CARTEIRA 13078158-9	17ª Emissão 1ª e 2ª Série	280	5.120
CRA 24 - CARTEIRA 3842-3	23ª Emissão 1ª Série	12.598	127
CRA 25 - CARTEIRA 3841-5	21ª Emissão 1ª Série	-	2.076
CRA 26 - CARTEIRA 6433-5	22ª Emissão 1ª, 2ª e 3ª Série	3.306	612
CRA 27 - CARTEIRA 3839-3	20ª Emissão 1ª e 2ª Série	25.639	483
CRA 27 - CARTEIRA 6432-7	24ª Emissão 1ª, 2ª e 3ª Série	277.759	1.084
Total Carteira		572.390	362.755
Adiantamentos		16	526
Total Ativo circulante		867.983	575.285
Ativo não circulante			
CRA 03 - CARTEIRA 11.678-5	2ª Emissão 1ª Série	22.360	26.357
CRA 04 - CARTEIRA 11820-6	5ª Emissão 1ª Série	113.348	109.692
CRA 05 - CARTEIRA 11.822-2	4ª Emissão 1ª Série	-	13.521
CRA 06 - CARTEIRA 11824-9	1ª Emissão 3ª a 5ª Série	-	5.220
CRA 07 - CARTEIRA 11.826-5 e 2617-4	10ª Emissão 1ª Série e 2ª Série	700.549	573.013
CRA 12 - CARTEIRA 6308-8	9ª Emissão 1ª Série	7.333	18.333
CRA 15 - CARTEIRA 2619-0	13ª Emissão 1ª Série	300.000	300.000
CRA 17 - CARTEIRA 2621-2	14ª Emissão 1ª Série	675.000	675.000
CRA 19 - CARTEIRA 3086-4	7ª Emissão 1ª Série	19.254	28.965
CRA 20 - CARTEIRA 3087-2	16ª Emissão 1ª Série	30.000	40.000
CRA 22 - CARTEIRA 3057-0	18ª Emissão 1ª Série	47.288	43.037
CRA 23 - CARTEIRA 3837-7	19ª Emissão 1ª Série	28.490	30.768
CRA 21 - CARTEIRA 13078158-9	17ª Emissão 1ª e 2ª Série	105.527	105.527
CRA 24 - CARTEIRA 3842-3	23ª Emissão 1ª Série	37.500	50.000
CRA 26 - CARTEIRA 3841-5	21ª Emissão 1ª Série	-	50.000
CRA 24 - CARTEIRA 6433-5	22ª Emissão 1ª, 2ª e 3ª Série	80.333	80.333
CRA 25 - CARTEIRA 3839-3	20ª Emissão 1ª e 2ª Série	94.967	119.959
CRA 27 - CARTEIRA 6432-7	24ª Emissão 1ª, 2ª e 3ª Série	-	276.715
CRA 28 - CARTEIRA 6431-9	25ª Emissão 1ª, 2ª Série	114.280	-
Total Ativo não circulante		2.376.229	2.546.440
Total do Ativo		3.244.212	3.121.725

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Passivo circulante		
Contas a pagar (a)	867.897	573.871
Outras obrigações (b)	73	1.301
Obrigações Fiscais	14	114
Total do Passivo circulante	867.983	575.285
Passivo não circulante		
Contas a pagar (a)	2.376.229	2.546.440
Total do Passivo	3.244.212	3.121.725

(a) Saldo representa os valores a pagar aos investidores, decorrente do uso de recursos captados na aquisição dos certificados de recebíveis de agronegócios - CRA.

(b) O saldo representa a garantia para o pagamento do investidor da operação, conhecido como fundo de reserva.

21.2 Recebíveis Agronegócios

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Recebíveis Agronegócios	572.390	2.376.229	362.755	2.546.440

Referem-se a contratos de cessão de recebíveis do agronegócio representados por Contratos ou Títulos relacionados a Produção, Comercialização ou Financiamento no âmbito do Agronegócio, tais como Cédula do Produtor Rural.

Foram instituídos sob regime fiduciário e, conseqüentemente, constituem patrimônio separado com o propósito exclusivo de responder pela realização de certos direitos, não se confundindo com o patrimônio da Companhia, e constituem o lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos pela Companhia. Foram adquiridos mediante instrumentos particulares de cessão, sem garantia flutuante, com prazo final de vencimento até o ano de 2023, estando sujeitos a atualizações monetárias pela Taxa Referencial (TR), IGP-M, IGP-DI, IPCA e CDI algumas delas acrescidas de juros que variam de 5,80% a.a. a 14,50% a.a.

21.3 Certificados Recebíveis Agronegócios (CRA)

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Certificados de Recebíveis Agronegócios	867.896	2.376.229	573.871	2.546.440

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referem-se a operações de captação de recursos no mercado financeiro, por meio de títulos de emissão da própria Companhia, com prazo final de vencimento até o ano 2024, sujeitos a atualizações monetárias pela Taxa Referencial (TR), IGP-M, IGP-DI, IPCA e CDI algumas delas acrescidas de juros que variam de 5,80% a.a. a 14,50% a.a.

Os CRAs emitidos têm como lastro os Recebíveis do Agronegócio adquiridos pela Companhia, vinculados ao regime fiduciário, os quais ficam excluídos do patrimônio da Companhia. O acompanhamento desses CRAs é efetuado por agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores.

Em atendimento à determinação da Lei nº 9.514/97, os registros contábeis da operação de securitização vêm sendo mantidos de forma segregada e não são incorporados ao resultado nem ao patrimônio da Companhia por se constituírem em patrimônio separado.

21.4 Informações complementares acerca da emissão de CRA

Durante o período findo em 2018 a Gaia Agro Securitizadora S.A realizou seis emissões de novos CRA's no montante de R\$ 114.280 (cento e quatorze milhões duzentos e oitenta mil reais).

Todas as emissões de CRAs realizadas pela Gaia Agro Securitizadora S.A. contam com instauração de regime fiduciário e criação de patrimônio separado, isto é, não há regresso contra a Companhia.

Conforme previsto no artigo 3º da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, apresentamos a seguir os dados relativos às aquisições de recebíveis no período de 30 de junho de 2018:

Aquisições:

<u>Data</u>	<u>Emissão / Série</u>	<u>Tipo Lastro</u>	<u>Montante total</u>
Março de 2018	25ª/1ª e 2ª	CPR	114.280
			114.280

22 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras trimestrais

Aos Acionistas e Administradores da
Gaia Agro Securitizadora S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Informações financeiras intermediárias fiduciárias

Revisamos, também, as informações financeiras intermediárias fiduciárias mencionadas na nota explicativa nº 21, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, cuja apresentação é prevista no artigo 12 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para as companhias securitizadoras. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de agosto de 2018

MAZARS Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 023701/O-8

Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

João Paulo dos Santos Pacifico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frascino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 (“Companhia”), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017; e

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frascino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 (“Companhia”), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com o parecer do auditor independente, datadas de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017; e

São Paulo, 03 de agosto de 2018.